

## EDITORIAL

## Fundações e o resgate da ética

Assim como no caso do seminário dos “desertos verdes”, promovido pela Regional RS do ANDES-SN no primeiro semestre deste ano, na UFSM, a realização do seminário “As fundações de apoio no contexto da privatização das universidades”, no último dia 17 de setembro, também gerou celeuma. Isso porque o tema é realmente complexo. É inegável o fato de que o setor público, e a universidade também padece de certa forma desse mal, se arrasta muitas vezes de forma burocrática, nem sempre por sua própria vontade, mas muito em função da forma irresponsável como o governo repassa os recursos para as instituições públicas de ensino superior.

Nesse caldo confuso, as fundações surgiram para prestar apoio às universidades, procurando driblar a burocracia que emperra situações em que, com bastante simplicidade, problemas poderiam ser solucionados. Entretanto, com o passar dos anos, criou-se uma dependência entre universidade e fundações. Até poucos anos atrás, a fiscalização sobre essas entidades dentro das universidades tinha pouca regulamentação. Data de poucos anos a atuação mais incisiva do Tribunal de Contas da União e do próprio Ministério Público em cima dessas instituições, a partir de novas legislações concebidas. Mas, inúmeras situações ainda parecem insatisfatoriamente resolvidas.

É com esse alerta que as seções sindicais do ANDES, juntamente com a Regional RS promoveram o seminário em Santa Maria para discutir o tema, que, para muitos, ainda parece ser um tabu. No entendimento da Assessoria Jurídica do ANDES, a transformação de fundações de apoio em empresas dentro das universidades fere diversos dispositivos legais, entre os quais a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Lei das Licitações.

Para o Sindicato Nacional, o tema é de grande relevância e não deve ser deixado de lado. Segundo a própria coordenadora do Grupo de Trabalho que trata do assunto, Solange Bretas, o ANDES não é contra as fundações, todavia, defende que as irregularidades seguidamente apontadas sejam sanadas, pois, sem isso, a privatização continuará avançando por dentro das instituições de ensino superior públicas. Em síntese, o resgate da ética é necessário não apenas nas casas políticas, mas em todos os locais onde se lida com o dinheiro público. Afinal, a máxima deve ser a de que sejamos todos honestos e não que, diante de tantas nulidades, sintamos vergonha da honestidade e tentemos todos nos locupletar.

## EXPEDIENTE

A diretoria da SEDUFSM é composta por : **Presidente**- Diorge Alceno Konrad; **Vice-presidente**- Fabiane Adela Tonetto Costas; **Secretário-geral**- Rinaldo José Barbosa Pinheiro; **1ª Secretária**- Maristela Souza; **Tesoureiro-geral**- Sérgio Massen Prieb; **1º Tesoureiro**- Cícero Urbanetto Nogueira; **1ª Suplente**- Ester Wayne Nogueira; **2º Suplente**- Orlando Fonseca; **3º Suplente**- Abel Panerai Lopes.

**Jornalista responsável**: Fritz R. F. Nunes (MTb nº 8033)

**Relações Públicas**: Vilma Luciane Ochoa

**Estagiária de jornalismo**: Adriana Garcia

**Colaboração**: Francine Cadore

**Estagiárias de Relações Públicas**: Sabrina Raupp Souza

**Diagramação e projeto gráfico**: J. Adams Propaganda

**Ilustrações**: Clauber Sousa e Reinaldo Pedrosa

**Impressão**: Gráfica Pale, Vera Cruz (RS) **Tiragem**: 1.600 exemplares

**Obs**: As opiniões contidas neste jornal são da inteira responsabilidade de quem as assina. Sugestões, críticas, opiniões podem ser enviadas via fone(fax) (55)3222.5765 ou pelo e-mail [seduksm@terra.com.br](mailto:seduksm@terra.com.br)

Informações também podem ser buscadas no site do sindicato: [www.seduksm.com.br](http://www.seduksm.com.br)  
A SEDUFSM funciona na André Marques, 665, cep 97010-041, em Santa Maria(RS).

Clauber



## PONTO A PONTO

## Manuela e o REUNI

Fotos: FRITZ NUNES



No dia 21 de setembro passou para agenda em Santa Maria a deputada federal Manuela D'Avila, do PC do B (foto). Antes de falar aos militantes do partido, Manuela opinou ao *Jornal da SEDUFSM* sobre o REUNI, o Programa de Reestruturação das Universidades Brasileiras. A jovem parlamentar integra a CTASP (Comissão de Trabalho e Assuntos Públicos) da Câmara Federal, que inclusive já andou discutindo o tema. Manuela afirma ser contra ter “posições radicais” sobre alguns assuntos. Ela diz que o REUNI é um projeto novo e que precisa ser melhor discutido, pois, na avaliação dela, ele tem pontos positivos e negativos.

## Manuela e o REUNI II

Um dos pontos positivos do REUNI, na análise da deputada federal Manuela D'Avila, é o de forçar as universidades a fornecer uma contrapartida à sociedade, abrindo mais vagas em cursos noturnos, ampliando as vagas destinadas aos trabalhadores e, investindo mais em assistência estudantil. O limite do programa, segundo ela, é quanto à autonomia das instituições que optarem por não aderir ao programa. Isso porque a ampliação dos recursos só vai ocorrer para aquelas universidades que ampliarem o número de alunos. O resultado, portanto, para quem não optar pelo REUNI, é uma redução de recursos no longo prazo, o que seria prejudicial às instituições. Entretanto, pensa Manuela, o projeto é novo e haveria bastante espaço para corrigir distorções e garantir avanços.

## Vale do Rio Doce

A SEDUFSM foi uma das entidades que participou entre os dias 1º e 7 de setembro do plebiscito sobre a reestatização da Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997, durante o governo FHC. Na região centro do estado foram 450 urnas espalhadas, sendo que uma delas foi colocada na sede do sindicato (foto). Segundo o coordenador da atividade regional, Sérgio Menezes, da diocese de Santa Maria, para o município foram destinadas 280 urnas, a maioria delas colocadas em escolas. O resultado do plebiscito em âmbito nacional e que mobilizou milhões de pessoas deve ser entregue ao presidente Lula e também aos representantes dos poderes Legislativo e Judiciário.

